

África

Cabo Verde, a Europa e o legado de Amílcar Cabral

Fátima Monteiro

O tema recorrente da matriz ou matrizes identitárias de Cabo Verde parece estar em vias de desencadear outra ronda de debates na sociedade cabo-verdiana, tendo como pano de fundo a reformulação de estratégias para o desenvolvimento do país.

O discurso do Governador do Banco de Cabo Verde, em Novembro de 2002, sobre as relações futuras de Cabo Verde com a União Europeia e Portugal, não deixa grande margem para dúvidas sobre o que poderá vir a ser o enquadramento oficial desse debate: uma Euro(pe)ização da economia e, em consequência, da sócio-cultura cabo-verdiana, a médio ou longo prazo. Cabo Verde propõe-se, é enunciado no discurso do governador do BCV, uma “integração reforçada” com a Europa, tendo Portugal como ponto de ancoragem. Projecta-se que esse reforço se materialize através da associação de Cabo Verde com a UE a curto prazo, e de um acordo de livre comércio a médio prazo. O acordo deverá contemplar a adopção unilateral do euro como moeda de troca cabo-verdiana, com referendo prévio à população.

Onésimo Silveira, actual Embaixador de Cabo Verde em Portugal, caracteriza sugestivamente a nação cabo-verdiana numa intervenção, em Janeiro deste ano, como sendo um “*melting pot* em que as culturas em presença se foram fundindo progressivamente.” O “processo inicial da construção da sociedade cabo-verdiana centrou-se,” diz, “não em realidades tribais tributárias de uma arquitectura sacralizante do poder, mas sim em dois vectores primordiais de uma Europa em busca de expansão e novos protagonismos: A Igreja e a Administração a ela umbilicalmente ligada.” Onésimo Silveira afirma na intervenção, além do mais, que “sendo tributária de contribuições étnicas diferenciadas, a sociedade cabo-verdiana é, no entanto, detentora de padrões de comportamento e de cultura que destacam, com particular relevo, a sua raiz europeia.”

Embora retomem, como foi referido, um debate recorrente entre cabo-verdianos, as teses contidas nos depoimentos de ambos os representantes do Estado de Cabo Verde, actualmente sob governo do PAICV, parecem estar à primeira vista em rota de colisão

com as teses de Amílcar Cabral, fundador do Partido-mãe do mesmo PAICV, o PAIGC. Será efectivamente assim?

A génese identitária

A cultura cabo-verdiana nasce no contexto duma sociedade colonial-escravocrata, e sedimenta-se ao longo da sua história sob influência duma intersecção peculiar de factores de ordem geoclimática. Por um lado, a escassez de terras para cultivo, dada a orografia predominantemente vulcânica das ilhas, associada à aridez do clima, forçou desde o início uma aproximação e partilha de recursos entre o escravo africano e o senhor europeu, como forma de se salvaguardar a sobrevivência. Perfila-se e afirma-se assim em Cabo Verde, já à nascença, uma cultura síntese de África e Europa, em que a África terá prevalecido ao nível profundo enquanto marca identitária de resistência, e a Europa terá levado a melhor no que respeita à cosmovisão insular.

Esta síntese complexa e única a seu modo, estará na base duma aguda consciência de grupo entre os cabo-verdianos, que cedo irá impulsionar a ambição de um reconhecimento ontológico diferenciado e de uma autonomização sócio-cultural no quadro colonial português. Uma das primeiras expressões dessa consciência terá ocorrido já em 1546, quando negros e mestiços pedem ao rei de Portugal uma equiparação estatutária aos brancos. No entanto, é com o século XIX, particularmente com a independência do Brasil, que a questão se passará a colocar de forma mais persistente, oscilando entre os vectores africanista e europeísta. Desde então, o debate em torno do que seria posteriormente cunhado de caboverdianidade/crioulidade cabo-verdiana reemerge em momentos chave, em regra momentos de transição económica e/ou política na história do arquipélago. Gabriel Fernandes³, sociólogo cabo-verdiano, subdivide o período que decorre entre a segunda metade do século XIX e a independência de Cabo Verde em três momentos distintos: da Conferência de Berlim (1885) aos inícios do Estado Novo (1926); da implantação do Estado Novo à independência de Cabo Verde e, finalmente, em concorrência com o segundo na sua última fase, do final da Segunda Guerra à independência. Cada um desses momentos é esquematizado, no que toca a conflitualidade social, nos seguintes termos: primeiro, filhos da terra vs. brancos da terra; segundo, brancos da terra (categoria que inclui nesta altura já mestiços e negros em ascensão sócio-económica) vs. brancos da metrópole e, terceiro, colonizadores vs. colonizados.

Os dois primeiros momentos serão protagonizados do lado cabo-verdiano fundamentalmente por escritores, dentre os quais se destacarão, no primeiro, os “nativistas” (Eugénio Tavares, Pedro Cardoso) e no segundo os fundadores do movimento Claridade (Jorge Barbosa, Baltazar Lopes da Silva, Manuel Lopes, João Lopes, Pedro Corsino de Azevedo). O terceiro momento será protagonizado por dois grupos que, propagando ideais não necessariamente contraditórios entre si, actuariam no entanto em campos diversos. Integrarão cada um destes dois grupos, respectivamente, os que irão intervir do interior da colónia através dum discurso de denúncia militante, que se apresenta como contraponto ao da Claridade (Gabriel Mariano, Ovídio Martins, Aguinaldo Fonseca, Onésimo Silveira; mais tarde Kaoberdiano Dambará, Oswaldo Osório, Kwame Kondé, Mário Fonseca), e os que estabelecem a agenda nacionalista de facto de Cabo Verde, passando a actuar a dado passo fora das fronteiras do espaço colonial português, num contexto de luta armada (Amílcar Cabral e demais fundadores do PAIGC).

Cabe acima de tudo aos “nativistas” Eugénio Tavares e Pedro Cardoso o mérito de já no início do século XX se ter valorizado publicamente o então designado “dialecto crioulo” de Cabo Verde, língua materna dos cabo-verdianos de todas as classes sociais, que ambos abraçariam para a sua criação poética.

Quanto ao movimento claridoso, estreia-se em 1935 com a edição do livro de poemas Arquipélago, de Jorge Barbosa, e oficializa-se em 1936 com o lançamento em S. Vicente da revista de artes e letras Claridade. Os seus promotores são conhecedores privilegiados da cultura clássica europeia e da cultura portuguesa, ministrada ao tempo às elites cabo-verdianas no Seminário-Liceu de São Nicolau. Não obstante, o movimento propõe-se efectuar a “busca das raízes” de Cabo Verde, vindo a afirmar-se como o empreendimento mais coerente e elaborado da história intelectual do arquipélago. Preocupa-o a definição dos contornos essenciais da caboverdianidade, a qual vê a priori como uma variante regional da cultura portuguesa “salpicada” de África⁴. Esta visão provocará reacções tanto contrárias como concorrentes, dentre as quais ressaltam pelo seu impacto, as do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, após uma curta visita a Cabo Verde, e as do escritor cabo-verdiano Gabriel Mariano.

Amílcar Cabral

É sabido que a Segunda Guerra Mundial dá origem a transformações profundas no equilíbrio de forças até então existente no planeta. O pós-guerra é o momento em que, apoiando-se no ressurgimento dos valores de democracia e liberdade no mundo ocidental, os povos sob domínio colonial irão reivindicar, pela primeira vez de forma globalmente concertada, o direito à autodeterminação.

No contexto colonial português, como seria de esperar, intensifica-se também nesse período a agitação de ideias e o delinear de estratégias para a descolonização. Projecta-se em Lisboa, sob a liderança de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, Alda do Espírito Santo e Francisco José Tenreiro, no âmbito da Casa dos Estudantes do Império (e em algumas instâncias na prisão), a agenda nacionalista das colónias portuguesas em África. Às doutrinas e aos ideais programáticos de Ho Chi Min e Ari Boumediene, alicerçados no materialismo histórico, os jovens nacionalistas africanos das colónias portuguesas, com destaque para Amílcar Cabral, irão buscar em larga medida a inspiração para os seus casos específicos.

Amílcar Cabral demarcar-se-á desde logo da maioria dos intelectuais cabo-verdianos da sua geração, ao equiparar a situação de Cabo Verde à das restantes colónias portuguesas em África. Defenderá o princípio de que, tanto sob um ponto de vista geopolítico como humano, Cabo Verde é parte integrante do continente africano, desafiando qualquer presunção do contrário. Indo mais longe, “irmanará” historicamente o povo cabo-verdiano ao povo da Guiné, considerando essencial a “reafricanização” ou “reconversão cultural” das “categorias” sociais cabo-verdianas “assimiladas”.

Neste entendimento Amílcar Cabral fundamentaria o projecto de unidade Guiné-Cabo Verde, que se irá consubstanciar na formação de um partido único para a condução da luta de libertação de ambos os países, e a governação conjunta, no pós-independência, de dois Estados soberanos. É assim que, lado a lado, cabo-verdianos e guineenses irão iniciar a partir de 1963 uma luta armada pela independência, em solo guineense. Amílcar Cabral confere grande significado à luta armada comum, vendo-a como passo decisivo para o reencontro do cabo-verdiano com o seu processo histórico africano.

Esta visão unitária terá desde sempre dado azo a algum mal-entendido entre cabo-verdianos, no que respeita ao posicionamento de Amílcar Cabral sobre questões como “raça” e “identidade cultural.” Dificilmente se poderá concluir a partir dos seus escritos, como o pretendem alguns dos adeptos cabo-verdianos da Negritude,⁷ que Amílcar Cabral

visse na unidade Guiné-Cabo Verde uma forma de retorno dos cabo-verdianos à “raça negra,” à qual estes pertenciam aliás inquestionavelmente em seu entender. O projecto de (re)unificação de Cabo Verde com a Guiné deverá ser entendido antes, evidencia-se dos textos de Cabral, a partir de três vertentes essenciais. Primeiro, a vertente ideológica, com base no materialismo histórico; segundo, a vertente fraternitária; e, terceiro, a vertente geoestratégica.

Em primeiro lugar, a unidade permitiria ao povo cabo-verdiano retomar, juntamente com o guineense, de que seria antropologicamente proveniente, um processo histórico interrompido com a escravatura e a colonização; em segundo lugar, a unidade constituiria uma forma de recuperação de laços de fraternidade com a África negra; em terceiro lugar, finalmente, ela permitiria ao futuro Estado independente de Cabo Verde, tendo a Guiné como “ponto de ancoragem,” para utilizar a expressão avançada no discurso recente do governador do BCV, usufruir dum estatuto de membro de pleno direito da comunidade dos Estados Africanos emergentes.

O retorno da Europa

Amílcar Cabral, em coerência com a ideologia subjacente às suas teses, e acreditando plenamente numa reconstrução e integração continental africanas a curto prazo, possibilitada pelas independências, traçaria desde início um figurino para o rápido desenvolvimento dos Estados e povos irmanados da Guiné e de Cabo Verde no pós-independência. No entanto, a história de África não evolui, como se tem vindo a constatar, de acordo com a utopia, no melhor sentido do termo, de Amílcar Cabral.

É nesse contexto, então, que poderão ser entendidos os reajustamentos estratégicos por parte da nova geração de dirigentes do PAICV e actuais governantes de Cabo Verde. O sucesso dessa nova estratégia, que não se adivinha fácil, dependerá não só da coerência e capacidade negocial dos cabo-verdianos, como também, e muito em particular, da capacidade de a Europa/União Europeia conseguir reformular, ela própria, os termos de relacionamento futuro com